

HABEAS CORPUS Nº 501.705 - SP (2019/0091699-6)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : CICERO SALUM DO AMARAL LINCOLN E OUTRO
ADVOGADOS : JOSE MAURICIO CAMARGO - SP292417
CÍCERO SALUM DO AMARAL LINCOLN - SP319219
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CLAUDINEIA APARECIDA PINTO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CLAUDINEIA APARECIDA PINTO, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - HC n. 2046806-98.2019.8.26.0000.

Noticiam os autos que a paciente foi presa em flagrante no dia 04.03.2019, por ter, supostamente, cometido os delitos de tráfico de drogas e roubo majorado, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

Aduzem os impetrantes a ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar da paciente, destacando que a medida estaria embasada na gravidade abstrata do delito, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Alegam que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a liberdade da acusada poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Realçam as condições pessoais favoráveis da paciente, que seria primária, de bons antecedentes, com ocupação lícita e residência fixa, predcados que lhe garantiriam o direito de responder à ação penal em liberdade.

Argumentam, por fim, a excepcionalidade da medida extrema, enfatizando que a acusada faria jus a substituição da preventiva por medidas cautelares descritas no art. 319 do CPP.

Requer, liminarmente, que a paciente possa aguardar em liberdade o julgamento final deste *writ* e, no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva da paciente, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do habeas corpus para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**. Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita.

Da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, a Corte de origem consignou que (e-STJ fls. 57-58):

[...]

De fato, um dos crimes imputados a paciente, qual seja o de roubo, reveste-se de especial gravidade. Além de

pressupor necessariamente violência ou grave ameaça, o que acaba por lhe conferir elevado grau de reprovabilidade, nota-se, ainda, que, in casu, o delito em comento foi praticado mediante concurso de agentes e com restrição à liberdade da vítima, circunstâncias que certamente agravam o juízo de reprovabilidade ínsito a crimes desta natureza.

Com relação ao crime de tráfico de drogas causa enorme intranquilidade à ordem pública, sendo certo que o indivíduo que se propõe a comercializar entorpecentes representa inequívoca ameaça à incolumidade social, causando fundado temor e insegurança nas redondezas em que pratica o comércio espúrio.

Ademais, é cediço que o tráfico ilícito de entorpecentes não raro está atrelado a uma gama de outros delitos, configurando a principal atividade e fonte de renda de perigosíssimas organizações criminosas, cujas disputas pelo controle do nefasto comércio, com contornos de uma verdadeira guerra, frequentemente ocupam as manchetes dos principais jornais do País, para o pânico e o desespero de uma população completamente indefesa e cada vez mais amedrontada.

Isso sem contar a devastação provocada pelo vício cada vez mais disseminado pelas abundantes quantidade e variedade de entorpecentes despejadas no “mercado”, que, na maior parte dos casos, provocam a destruição de inúmeras famílias e das perspectivas de incontáveis jovens, os quais, totalmente subjugados pela adição, acabam por encontrar, via de regra, no crime, o meio para sustentar sua dependência química, de modo que o tráfico acaba por resultar, indiretamente, num vetor para o fomento de uma série de delitos patrimoniais, como furtos, roubos, extorsões e, eventualmente, até latrocínios.

No mais, trata-se de questão de mérito, que deverá ser analisada nos autos principais à luz do conjunto probatório que venha a ser colhido.

Assim, a decisão encontra amparo no artigo 312 do Código de Processo Penal, pois além de haver indícios de autoria e materialidade, a gravidade do crime imputado ao paciente recomenda a aplicação do cárcere cautelar como meio de assegurar a ordem pública, a conveniência da instrução criminal e a garantia de aplicação da lei penal.

Nesse contexto, a revogação da prisão preventiva do paciente configurar-se-ia como medida temerária, capaz de engendrar perturbação social, não havendo garantia alguma de que, caso solto, não voltará a delinquir.

Destarte, é perfeitamente razoável a custódia preventiva

para garantia da ordem pública. Ao se defrontar com as particularidades do caso concreto que tem diante de si, é lícito ao juiz embasar sua decisão utilizando-se de expressões de cunho genérico, sendo desnecessária, nesse estágio, a minudência de fundamentação própria de uma sentença condenatória.

Outrossim, é oportuno destacar que o artigo 313, inciso I, do Código de Processo Penal, admite a decretação da prisão preventiva nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 04 (quatro) anos, como in casu, contanto que atendidos os requisitos elencados no artigo 312 do mesmo diploma legal.

Ainda que a paciente seja tecnicamente primária, possua residência fixa e ocupação lícita, tais predicados, por si sós, não têm o condão de revogar o decreto cautelar enquanto subsistirem motivos que justifiquem a manutenção do decreto construtivo, conforme previsão do artigo 312 do Código de Processo Penal:

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão da sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se a liminar.**

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator